



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata de reunião - Comissão de Licitação Tergip - 06/04/2022

Às 15h23, do dia 06 de abril de 2022, reuniu-se a Comissão de Licitação do Tergip, por meio do aplicativo Google Meet, para tratar da continuidade dos trâmites da Concorrência Pública SEINFRA n.º 001/2022. Presentes Leandro Amaral Costa (Presidente da Comissão Especial de Licitação do Tergip), Ana Luiza de Aguiar Carneiro (membro da Comissão Especial de Licitação do Tergip) e Fernando Márcio Mendes (membro da Comissão Especial de Licitação do Tergip). A reunião foi aberta pelo Presidente da Comissão que informou os demais membros sobre a existência de decisão monocrática do Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, proferida nos autos do processo n.º 0636385-89.2022.8.13.0000, que deferiu o requerimento da Advocacia-Geral do Estado de suspensão dos efeitos da tutela provisória de urgência concedida nos autos da ação anulatória n.º 5051962-96.2022.8.13.0024, até o trânsito em julgado da ação de origem, de modo que a Comissão poderia retomar o curso do processo licitatório referente à Concorrência Pública SEINFRA Nº 001/2022, a partir do estado em que se encontrava. A Comissão decidiu retomar o procedimento. Em seguida, passou-se à discussão a respeito dos documentos de habilitação da licitante, Consórcio Terminais BH, que já haviam sido analisados por todos os membros da Comissão. A Comissão identificou a necessidade de realização de algumas diligências, como apontado pela equipe da B3, no e-mail datado de 01/04/2022, e a necessidade de verificação da autenticidade da assinatura do documento de fl. 052 (havia apenas a impressão de um documento supostamente assinado digitalmente). Ademais, observou-se que, antes da publicação do resultado da habilitação, seria necessário atualizar as Certidões eventualmente vencidas em razão da suspensão do procedimento licitatório. Também foi verificado que o CNPJ indicado no atestado de fl. 150 não correspondia ao referido número do documento da licitante, Riêra Empreendimentos e Administração Ltda., todavia, em razão das demais informações estarem correspondentes, considerou-se como mero erro material do atestado apresentado, o que, por si só, não afastaria a validade do documento. Caso cumpridas as diligências acima, a Comissão entende que a licitante, Consórcio Terminais BH, teria atendido os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, sem prejuízo da necessidade de atualização das Certidões que vencerem no curso do certame. Quanto à qualificação técnica, os atestados apresentados pela licitante, Consórcio Terminais BH, trazem dúvidas à Comissão, especialmente o atestado de capacidade técnica de Estância de Atibaia/SP e de Ubá/MG, pois referidos documentos não permitem concluir pela implantação e operação de uma central de controle operacional do tipo integrada nesses terminais. A redação do documento não permite que se tenha certeza quanto ao cumprimento ou não do item 20.21.2, do edital, pela licitante, de modo que há dúvidas sobre a habilitação ou inabilitação da licitante, Consórcio Terminais BH, quanto a esse requisito. Leandro propõe que a Comissão baixe o feito em diligência para que seja realizada uma inspeção *in loco* pela área técnica da Seinfra, podendo ser acompanhada pelos membros da Comissão, a fim de afastar a dúvida e verificar se os equipamentos existentes nos terminais de Estância de Atibaia/SP e de Ubá/MG correspondem a uma central de controle operacional do tipo integrada. Leandro considerou que os números de usuários informados nos atestados de Estância de Atibaia/SP e de Ubá/MG lhe pareciam demasiadamente exagerados, o que chamou a atenção e despertou dúvidas, sugerindo que tais informações também fossem verificadas junto aos municípios que subscreveram os atestados. Além disso, observou que, no atestado de Ubá/MG, constou que o número médio de embarques havia sido informado pela administradora, o que também demandaria uma análise mais cuidadosa da Comissão, em que pese a presunção de veracidade dos documentos emitidos por órgãos públicos. A Comissão decidiu levar essas questões ao conhecimento do Subsecretário de Transportes e Mobilidade, Gabriel Ribeiro Fajardo, para que fosse colhida a opinião de outras áreas quanto ao cabimento e efetividade da realização das diligências, antes de se publicar um novo cronograma da licitação. A reunião foi encerrada às 16h47, do

que, para constar, eu, Leandro Amaral Costa, lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da Comissão de Licitação do Tergip. Belo Horizonte, data da última assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Amaral Costa, Servidor Público**, em 11/04/2022, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza de Aguiar Carneiro, Servidora Pública**, em 11/04/2022, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Marcio Mendes, Servidor Público**, em 11/04/2022, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **44850082** e o código CRC **27F5A0AC**.

Referência: Processo nº 1300.01.0006749/2021-65

SEI nº 44850082